

SOMBRIO SANEAMENTO SPE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

SOMBRIO SANEAMENTO SPE S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Sombrio Saneamento SPE S.A.
Sombrio - SC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Sombrio Saneamento SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos não conhecidos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sombrio Saneamento SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Controle de estoques

A Companhia não possui constituído saldos de estoques de utilização própria no curso normal de sua atividade e tampouco política de controles internos adequadas para integração de todas as movimentações ocorridas nos estoques. A Companhia está em processo de implantação de controle de estoque e de políticas internas pertinentes às suas atividades em 31 de dezembro de 2022.

Ausência de controle do ativo intangível

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, a Companhia possui contrato de concessão com a Prefeitura de Sombrio. O referido contrato prevê investimentos em obras de construção/melhoria da infraestrutura de saneamento conforme pactuado com o poder concedente e está registrado no ativo intangível no montante de R\$5.599 mil em 31 de dezembro de 2022. No decorrer de nossos exames, identificamos que os controles físicos/financeiros destes investimentos estão controlados apenas pela escrituração da razão contábil, não sendo apresentado, até a conclusão de nossos trabalhos, os controles auxiliares analíticos apropriados e suficientes de auditoria. Além disso, a amortização foi feita com base nas taxas do laudo de avaliação das obras civis, porém, devido à ausência de controle sobre o saldo do ativo intangível, não obtivemos evidência apropriada e suficiente sobre os valores registrados. Como consequência, não nos foi possível, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, atestar quanto à adequação do saldo de ativo intangível em 31 de dezembro de 2022 e seus impactos no resultado e seus efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Sombrio Saneamento SPE S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 31 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015.165/O-8 - S - SC

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0- S - SC

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2022	2021	Passivo	Nota explicativa	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	137	25	Fornecedores	10	486	224
Contas a receber	5	1.556	981	Salários e encargos sociais	11	181	208
Adiantamentos a fornecedores	6	187	273	Tributos a pagar	12	829	650
Tributos a recuperar		1	-	Arrendamentos a pagar	7	92	-
				Outros passivos		-	504
Total do Circulante		1.880	1.279	Total do Circulante		1.588	1.586
Não circulante				Não circulante			
Ativo direito de uso	7	159	-	Arrendamentos a pagar	7	98	-
Imobilizado	8	44	-	Tributos a pagar	12	1.127	305
Intangível	9	5.599	4.709	Partes relacionadas	13	534	-
Total do Não Circulante		5.802	4.709	Total do Não Circulante		1.759	305
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15	4.010	4.010
				Reserva Legal	15	21	-
				Reserva de lucros	15	304	87
				Total do Patrimônio Líquido		4.334	4.097
Total do Ativo		7.681	5.988	Total do Passivo		7.681	5.988

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços	16	8.095	5.828
Custo do serviços prestado	17	(5.002)	(3.740)
Lucro bruto		3.093	2.088
Despesas operacionais			
Gerais e Administrativas	18	(1.592)	(1.110)
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")		(75)	(102)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.426	876
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	77	43
Despesas financeiras	19	(476)	(143)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		1.027	776
Imposto de Renda e Contribuição Social	20	(790)	(599)
Lucro do exercício		237	177

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOMBRIO SANEAMENTO SPE S/A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	237	177
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	237	177
Total do resultado abrangente atribuído aos:		
Acionistas	237	177
	237	177

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOMBRIO SANEAMENTO SPE S/A**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Total
Em 1º de janeiro de 2021	2.010	43	125	-	2.178
Reserva de Capital	-	(43)	-	-	(43)
Aumento de Capital	2.000	-	-	-	2.000
Lucro do exercício	-	-	177	-	177
Distribuição de dividendos	-	-	(215)	-	(215)
Em 31 de dezembro de 2021	4.010	-	87	-	4.097
Lucro do exercício	-	-	237	-	237
Reserva Legal	-	-	(21)	21	-
Em 31 de dezembro de 2022	4.010	-	304	21	4.334

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOMBRIO SANEAMENTO SPE S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	237	177
Ajustes		
Depreciação e amortização	171	143
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	75	102
	483	422
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(649)	(702)
Adiantamentos a fornecedores	86	-
Tributos a recuperar	(1)	-
Outros ativos	-	(261)
Fornecedores	262	51
Salários e encargos sociais	(27)	161
Tributos a pagar	1.001	905
Partes Relacionadas	534	-
Outros passivos	(504)	(1.996)
	702	(1.842)
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades operacionais	1.186	(1.420)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao investimento	-	-
Adições ao imobilizado	(45)	-
Adições ao ativo direito de uso	(159)	-
Adições ao ativo intangível	(1.060)	(310)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.264)	(310)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	-	-
Amortizações de empréstimos e financiamentos	-	-
Arrendamentos a pagar	190	-
Aumento de Capital	-	2.000
Reserva de Capital	-	(43)
Dividendos Pagos	-	(215)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	190	1.742
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	112	12
Varição no Caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25	13
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	137	25
Varição no Caixa	112	12

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações Gerais

A Sombrio Saneamento SPE S.A. ("SPE") foi constituída em 04 de novembro de 2020, como uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), com o objetivo de explorar a concessão de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na área de concessão do Município de Sombrio - SC, que compreendem a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas comercial.

O contrato de concessão pode ser assim sumarizado:

Município	Data de assinatura do contrato	Data da Ordem de Serviço	Estado	Cronograma de vencimento	Prazo	Prazo restante (meses)
Sombrio	19/11/2020	19/11/2020	Santa Catarina	18/11/2055	35	394

A sede da Companhia está localizada na Rua Caetano Lummertz, 20, Centro, Sombrio - Santa Catarina.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem em seu quadro de acionistas as Empresas Sul Concessões e Participações S.A e a Atlantis Saneamento LTDA, cada uma com 50% das ações.

Em 15 de julho de 2020 foi sancionada a Lei Federal nº 14.026 que atualizou o Marco Legal do Saneamento (Inclusive a Lei Federal 11.445/2007) e extinguiu, através de veto presidencial e ratificação do veto pelo Congresso, a possibilidade de contratação por dispensa de licitação através da Gestão Associada. A partir desta data, não há mais como o Município delegar tais serviços a terceiros sem a obrigatoriedade de licitação.

Este novo Marco Legal definiu metas de universalização onde até 31 de dezembro de 2033, 99% da população deverá ser atendida com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto.

A SPE vem constantemente aprimorando seus controles e sua governança corporativa, de forma a garantir as melhores práticas de mercado em todos os seus processos.

No exercício de 2023 será feita a migração do sistema comercial atual para o sistema comercial Waterfy', que é mais completo e integrado e que trará melhorias de performance e redução de perdas, além de controles como:

- Receita e Arrecadação.
- Gestão de ordem de serviços.
- Atendimento ao cliente.
- Georreferenciamento do cadastro técnico
- Cadastro de clientes.

Visando ainda as melhores práticas, os novos acionistas irão implementar em 2023 o Programa de *Compliance* e *ESG*

2. Base para preparação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Autorização para emissão das demonstrações contábeis

A autorização para emissão dessas demonstrações contábeis foi feita pela Diretoria em 31 de março de 2023.

2.2 Base para preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade Operacional

A administração na data de aprovação das demonstrações contábeis, tem expectativa razoável de que possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações contábeis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da SPE são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico onde atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da SPE e, também, sua moeda de apresentação.

2.4 Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da SPE no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 - Contas a receber (provisão para perdas de recebíveis).

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da SPE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") e calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas estimadas.

3.3 Ativos financeiros e não financeiros

3.3.1 Classificação

A SPE classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.3.3 *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A SPE avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de perda após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e que estas perdas terão impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, tendo que ser este evento, estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, como para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil fiscal dos equipamentos.

As vidas úteis utilizadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- Edificações - 25 anos
- Móveis e Utensílios - 10 anos
- Máquinas e Equipamentos - 10 anos
- Veículos - 05 anos
- Computadores - 05 anos

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas", na demonstração do resultado.

3.5 Ativos intangíveis

A SPE reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela SPE.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela SPE (Nota 9).

As vidas úteis utilizadas para o exercício corrente e comparativo foram as permitidas pela SRF - Secretaria de Receita Federal e são as seguintes:

- Poços - 10 anos
- Instalações - 10 anos
- Equipamentos eletromecânicos - 10 anos
- Redes - 25 anos
- Hidrômetros - 10 anos
- Tanques - 10 anos

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção de um ativo intangível qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

3.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.7 Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o financiamento seja sacado.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a SPE tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo intangível quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como custo no período que são incorridos.

3.8 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da SPE. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A SPE reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável a geração de benefícios econômicos futuros e quando as obrigações de desempenho foram cumpridas, atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

A SPE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviços de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas pelo valor justo a receber.

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela SPE na formação da infraestrutura de cada contrato, determinado com base nos correspondentes custos de envolvimento da SPE na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12 / ICPC 01 (R1) e OCPC 05, já que a SPE adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico IFRIC 12 do IASB e ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, e não considera margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos em formação.

Concessão - Ativo Intangível

Receita/Custo de Construção

	2022	2021
	1045	310

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a SPE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando uma base de presunção de 32% da Receita Bruta recebida (Lucro Presumido).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Banco conta movimento	136	25
Aplicação financeira	1	-
	<u>137</u>	<u>25</u>

5. Contas a receber

	2022	2021
Serviço de água e esgotos	1.422	880
Serviços incorridos e não faturados	310	203
	<u>1.733</u>	<u>1.083</u>
	-	-
(-) Provisões estimadas de perdas	<u>(177)</u>	<u>(102)</u>
	<u>1.556</u>	<u>981</u>

A empresa adota como política para provisão de perdas estimadas, faturas em aberto com mais de 360 dias para clientes privados e 720 dias para clientes públicos.

Movimentação da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa:

	2022	2021
Saldo Inicial	102	-
Reversão da Provisão	-	-
Provisão	75	102
Saldo Final	<u>177</u>	<u>102</u>

SOMBRIO SANEAMENTO SPE S.A.
 Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2022
 (Valores em milhares de Reais)

A análise de vencimentos do contas a receber referente a 2022, está apresentada a seguir:

	2022
A vencer	617
Vencidas	
Até 30 dias	175
De 31 a 60 dias	82
De 61 a 90 dias	87
De 91 a 180 dias	103
Mais de 180 dias	358
Contas a receber de clientes	1.422

A SPE finalizou o processo de conciliação do seu saldo de Contas a Receber e está implementando também novos controles e processos na gestão de sua operação comercial, como por exemplo:

- a) Aperfeiçoamento do processo de medição e análise do volume produzido x faturado.
- b) Implantação do sistema comercial Waterfy'
- c) Conciliação da base de dados cadastral dos clientes.
- d) Contratação de empresa de cobrança especializada, aderindo as melhores práticas de mercado.
- e) Contratação de serviços de protesto e negativação de inadimplentes.
- f) Notificação e negociação dos recebíveis em atraso dos clientes públicos

6. Adiantamento a Fornecedores

	2022	2021
ATL Serviços	-	227
BB Consórcio	66	27
VR Benefícios	-	16
Outros	121	3
	187	273

7. Direito de Uso/Arrendamentos a pagar (IFRS16/CPC 06)

	2022	2021
Direito de Uso (Ativo)	159	-

	2022	2021
Arrendamentos a pagar (Passivo)	92	-
Passivo circulante	92	-
Passivo não circulante	98	-

O IFRS 16 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento. Essa norma internacional altera as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - "Operações de Arrendamento Mercantil" e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - "Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil".

Os contratos arrendados são basicamente relativos à locação de equipamentos pesados e veículos e aluguel de imóvel.

8. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Saldos em 31/12/2021	Adição	Saldos em 31/12/2022
Custo				
Móveis e Utensílios	10%		5	5
Máquinas e Equipamentos	10%		9	9
Computadores	20%		31	31
		-	45	45
Depreciação				
Móveis e Utensílios			(0)	(0)
Máquinas e Equipamentos			(0)	(0)
Computadores			(1)	(1)
		-	(1)	(1)
		0	44	44

A SPE finalizou a implantação do ERP do módulo de imobilizado e sua integração junto ao módulo contábil, restando agora realizar o trabalho de tombamento dos bens por meio de inventário físico.

9. Intangível

	Saldos em 31/12/2021	Adição	Saldos em 31/12/2022
Custo			
Intangível	4.874	1.044	5.918
Amortização			
Amortização	(165)	(154)	(319)
	4.709	890	5.599

Atualmente a SPE aplica o percentual único de 4% como taxa de amortização do seu saldo de intangível.

A SPE implantou em 2022 o módulo de intangível no seu ERP que fará a integração junto ao módulo contábil, restando agora realizar o trabalho de inventário físico.

Em consonância ao exposto acima serão definidas políticas conforme as melhores práticas do mercado.

10. Fornecedores

A SPE mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização de prestação de serviços de tratamento de água e esgotamento sanitário, com prazo médio de pagamento em cerca de 30 dias.

	2022	2021
Energia	35	57
Materiais	246	105
Serviços	130	61
Outros	74	0
	<u>486</u>	<u>224</u>

11. Salários e encargos sociais

	2022	2021
Salários a pagar	61	46
Encargos a recolher	35	106
Provisão de férias	85	56
	<u>181</u>	<u>208</u>

12. Tributos a pagar

	2022	2021
PIS	14	24
COFINS	66	110
IRPJ	275	295
CSLL	101	110
ISS	2	2
IRRF Terceiros	2	3
Parcelamento Tributos Federais	367	106
	<u>829</u>	<u>650</u>
Passivo circulante	829	650
Passivo não circulante	1.127	305

O Passivo não circulante corresponde ao montante de longo prazo do parcelamento junto a Secretaria da Receita Federal.

O montante devido dos impostos foi parcelado em 60 prestações e seu prazo irá até 2027. O principal foi corrigido monetariamente pela taxa Selic e está acrescido de 20% de multa.

13. Partes Relacionadas

	2022	2021
Aquali Operações de Saneamento Ltda.	534	-
	534	-

O saldo é referente ao montante a pagar a Aquali Operações de Saneamento Ltda, que é a empresa responsável pelo apoio operacional integral as empresas do Grupo Norte, incluindo aspectos relacionados a Plano de Negócios, Investimentos, e Controles e Processos.

As operações estão vinculadas ao Contrato de Originação e Operação assinado em 25 de novembro de 2021.

14. Contingências

A Administração da SPE adota a política de registro de provisão para fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base em pareceres jurídicos dos advogados e em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas, não tendo neste momento necessidade de qualquer provisão.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A SPE é parte integrante em algumas ações judiciais referentes as questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 126 em 31 de dezembro de 2021) e não estão registradas contabilmente.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

	2022	2021	2022 (%)	2021 (%)
Atlantis Saneamento Ltda.	2.005	4.010	50,0%	100,0%
Sul Concessões e Participações S/A.	2.005	-	50,0%	-
	4.010	4.010	100%	100%

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 4.010 (mesmo montante 31 de dezembro de 2021), e está representado por 4.010 ações ordinárias detidas 50% pela Sul Concessões e Participações S.A e 50% pela Atlantis Saneamento Ltda.

b) Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurada em 31 de dezembro de 2022 nos termos do artigo 193 da Lei 6404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

c) Reserva de Lucros

A Reserva de lucros é composta pelos lucros acumulados auferidos pela companhia, nos termos do artigo 182 da Lei 6404/76.

d) Remuneração de pessoal chave da administração

Em 31 de dezembro de 2022, as remunerações das pessoas chave (diretores), estão registradas no resultado do exercício, totalizando um montante de R\$ 4 (mesmo montante em 31 de dezembro de 2021), registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários e benefícios diretos e indiretos.

16. Receita Líquida dos serviços

	2022	2021
Serviços de abastecimento de água	5.110	5.515
Serviços de sistema de esgotamento sanitário	2.103	-
Receita a Faturar	107	203
Receita de Construção	1.045	310
Deduções	(270)	(200)
	<u>8.095</u>	<u>5.828</u>

A SPE em 2023 irá obter melhorias nos processos operacionais e de integração com as informações contábeis com a finalidade de uma maior transparência em relação às informações fornecidas a terceiros, em especial o SNIS - Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento.

17. Custo dos serviços prestados

	2022	2021
Serviços	(795)	(1.363)
Energia	(749)	(689)
Pessoal	(1.335)	(785)
Materiais	(898)	(348)
Construção	(1.045)	(310)
Depreciação/amortização	(171)	(143)
Outros	(9)	(102)
	<u>(5.002)</u>	<u>(3.740)</u>

18. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Serviços	(1.206)	(727)
Pessoal	(123)	(268)
Outras	(263)	(115)
	<u>(1.592)</u>	<u>(1.110)</u>

19. Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Receita Financeira		
Juros de aplicação	77	43
	<u>77</u>	<u>43</u>
Despesa Financeira		
Encargos sobre parcelamento de tributos federais	(326)	
Despesas e comissões bancárias	(150)	(143)
	<u>(476)</u>	<u>(143)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(399)</u>	<u>(100)</u>

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2022	2021
IRPJ	(574)	(436)
CSLL	(215)	(163)
Total	<u>(790)</u>	<u>(599)</u>

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo "Lucro Presumido". O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre uma base de 32% da receita de serviços, acrescido do adicional de 10% sobre esta base que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses. A contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre uma base de 32% da receita de serviços.

21. Gerenciamento de riscos financeiros

21.1 Gestão de Risco Financeiro

A SPE está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações.

a) Risco de negócio

O negócio da SPE refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários nos municípios com os quais possui contrato de concessão. Os resultados da SPE dependem da manutenção das concessões nos locais em que opera e os contratos têm seu prazo de validade definido de 35 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá rescindir o contrato antes do seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é definido em contrato.

b) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A SPE está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros.

O valor contábil das contas a receber e dos instrumentos financeiros representam a exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis, conforme descrito abaixo:

	2022	2021
Caixa e equivalente de caixa	136	25
Aplicações Financeiras	1	-
Contas a Receber	1.556	981
	<u>1.693</u>	<u>1.006</u>

b.1) Aplicações financeiras

O risco está relacionado à possibilidade de a SPE incorrer em perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A SPE minimiza esses riscos mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado.

b.2) Recebíveis

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, aos controles e às políticas estabelecidos pela SPE, que possui autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais em caso de inadimplência.

Parte substancial das vendas é pulverizada entre muitos clientes e segmentados nas categorias de consumo: residencial, tarifa social, comercial, pública e industrial, o que minimiza o risco de crédito, além de procedimentos de controle.

c) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a SPE vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A exposição ao risco de taxa de juros está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2022	2021
Ativos Financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	136	25
Aplicações Financeiras	1	-
Contas a Receber	1.556	981
Passivos Financeiros		
Fornecedores e contas a pagar	486	224

Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade apresentada tem como objetivo demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada para o período de 12 (doze) meses, após 31 de dezembro de 2022, e mensurar o impacto das mudanças no resultado e patrimônio líquido da SPE.

Assim, procedeu-se a simulação de três cenários: o cenário provável considerou a evolução esperada dos indicadores, enquanto os cenários II e III foram feitos com apreciação na taxa de 25% e 50%, respectivamente.

Instrumentos	Exposição em 2022	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Aplicações Financeiras	1	CDI	5,33%	-	6,66%	-	7,99%	-
Passivos Financeiros								
Fornecedores	(486)	IPCA	5,79%	(28)	7,24%	(35)	10,86%	(53)
Total líquido de ativos e passivos financeiros				(28)		(35)		(53)
Impacto no resultado e patrimônio líquido				-		(7)		(25)

d) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a SPE vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A SPE não possui instrumento financeiro com risco cambial.

e) Risco de liquidez

O Risco de liquidez é o risco em que a SPE irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais, sem causar perdas relevantes ou prejudicar a reputação da SPE.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	2022	2021
Fornecedores e contas a pagar	486	224
	486	224

21.2 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, a SPE não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado.

A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da SPE apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

	2022	2021
Ativos Financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	136	25
Aplicações Financeiras	1	-
Contas a Receber	1.556	981
Passivos Financeiros		
Fornecedores e contas a pagar	486	224

22. Eventos Subsequentes

Aumento de participação societária

Em 27 de fevereiro de 2023, a empresa Sul Concessões e Participações S.A adquiriu mais 22,75% das ações e passou a ter uma participação total de 72,75% do Capital.

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

* * * * *